

A ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DO PROFESSOR AO TRABALHAR COM EJA TEACHER'S PERFORMANCE AND TRAINING WHEN WORKING WITH EJA

Karoliny Bento de Souza; Daniela Soares Rodrigues; Ana Cláudia Faria de Lima;
Francielle Moreira Rodrigues; Gilvan Silva Caldeiras; Pedro Vinicius Barreto Souza;
Vania Gomes Cardoso; Vilma Maria Soares Rodrigues; Cláudia Ribeiro de Lima

RESUMO: A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é marcada por uma série de eventos ao longo dos anos, estando intimamente ligada às políticas que definiram os diferentes períodos da história do país. Com isso, caracteriza-se como uma forma de ensino voltada para aqueles que não foram privilegiados com a oportunidade de receber uma educação adequada durante sua infância ou que a receberam de forma insuficiente, resultando em uma lacuna nos conhecimentos fundamentais. O presente trabalho tem como objetivo central abordar a EJA assim como a formação dos professores que atuam nessa área. Utilizando autores como: Cruz (2018); Vieira (2016); Fernandes; Gomes (2015). Na revisão bibliográfica foram abordados conceitos envolvendo a Educação de Jovens e Adultos em suas diferentes interfaces, perpassando desde a história da educação, a EJA, seu conceito e características, os desafios e dificuldades, motivos pelos quais essa população não teve acesso ao processo educativo, até a atuação e formação do professor para trabalhar com esse público. Por isso, evidencia assim, que a formação continuada para professores é uma oportunidade de suprir as falhas frequentes da formação acadêmica. Entende-se, assim, a relevância da formação contínua para os professores que trabalham na Educação de Jovens e Adultos (EJA), não só no que diz respeito à aprendizagem de métodos e recursos de ensino, mas também na importância de preparar os professores para enfrentar os desafios encontrados na prática profissional, capacitando-os a lidar com a realidade de muitos jovens e adultos que entram na EJA.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. EJA. Professor. Formação.

ABSTRACT: The history of Educação de Jovens e Adultos (EJA) is marked by a series of events over the years, being closely linked to the policies that defined different periods in the country's history. Therefore, it is characterized as a form of education aimed at those who were not privileged with the opportunity to receive an adequate education during their childhood or who received it insufficiently, resulting in a gap in fundamental knowledge. The main objective of this work is to address EJA as well as the training of teachers who work in this area. Using authors such as: Cruz (2018); Vieira (2016); Fernandes; Gomes (2015). In the bibliographical review, concepts involving Youth and Adult Education were addressed in its different interfaces, ranging from the history of education, EJA, its concept and characteristics, the challenges and difficulties, reasons why this population did not have access to the educational process, to the performance and training of the teacher to work with this audience. Therefore, it shows that continuing education for teachers is an opportunity to overcome frequent gaps in academic training. It is therefore understood the relevance of continuous training for teachers working in Educação de Jovens e Adultos (EJA), not only with regard to learning teaching methods and resources, but also in the importance of preparing teachers to face the challenges encountered in professional practice, enabling them to deal with the reality of many young people and adults who enter EJA.

KEYWORDS: Education. EJA. Teacher. Training.

INTRODUÇÃO

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é marcada por uma série de eventos ao longo dos anos, estando intimamente ligada às políticas que definiram os diferentes períodos da história do país. A negligência do direito à educação básica no Brasil é uma realidade atual, apesar de ser garantido pela Constituição Federal de 1988.

Dentre desse contexto, a Educação de Jovens e Adultos é uma forma de ensino voltada para aqueles que não foram privilegiados com a oportunidade de receber uma educação adequada durante sua infância ou que a receberam de forma insuficiente, resultando em uma lacuna nos conhecimentos fundamentais, como a alfabetização.

A importância da formação continuada para os docentes que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é compreendida ao considerar não apenas o aprendizado de metodologias e recursos de ensino, mas também a preparação dos professores para lidar com as dificuldades enfrentadas na profissão. Dessa forma, eles estarão capacitados para lidar com a realidade de muitos jovens e adultos que ingressam na EJA.

Nesse sentido, os professores precisam realizar um ensino que esteja de acordo com a realidade dos jovens e adultos, pois muitos deles possuem responsabilidades sociais e econômicas nas quais demandam deles diversas obrigações, além de enfrentarem diariamente diversas dificuldades nesse caminho de aprendizagem.

Evidencia-se assim, que a formação continuada para professores é uma oportunidade de suprir as falhas frequentes da formação acadêmica. Ela proporciona aos docentes aprendizagens que têm como objetivo melhorar o processo de ensino e aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos.

Diante disso, esse artigo tem por ideia principal abordar a EJA assim como a formação dos professores que atuam nessa área. Não obstante, através dos objetivos específicos, busca-se: Definir a Educação de Jovens e Adultos (EJA); Identificar as possíveis dificuldades que os professores encontram ao trabalhar na EJA; Relatar o processo de formação de professores nesse campo.

Sendo assim, esse artigo tem sua relevância a toda a população, principalmente ao considerar a

educação ofertada tanto para jovens, quanto aos adultos, ressaltando que não há tempo para aprender e que independente da fase de desenvolvimento que o indivíduo se encontra, ele pode se inserir em um processo educativo.

A metodologia utilizada para a construção desse artigo foi a pesquisa bibliográfica que, por meio de pesquisas em artigos, trabalhos acadêmicos, revistas, sites e principais bases de dados: Scielo, Pepsic e BV Salud, buscou-se abordar a EJA em suas diferentes interfaces.

Estruturado em três tópicos, o artigo abordará tanto o processo histórico da EJA no Brasil, quanto a sua definição, perpassando pelas dificuldades que os professores encontram ao lidar com a demanda, bem como o que se refere à sua preparação e formação para trabalhar com essa população. Tendo na fundamentação teórica os seguintes tópicos: EJA: A Educação Para Jovens E Adultos No Brasil; As Dificuldades Encontradas por Professores na EJA; Formação Do Professor Para a EJA.

EJA: A EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

No Brasil, o direito à educação básica, assegurado pela Constituição

Federal de 1988, ainda sofre constantemente negligência. Dentre os principais motivos para essa negligência e as consequências catastróficas que acarreta para o país, é fundamental ressaltar o histórico de falta de um planejamento educacional de longo prazo, a influência e intromissão de organizações internacionais e também as reformas excessivas, que na grande maioria das vezes têm como objetivo provocar alguma mudança superficial para que tudo permaneça como está (Santos, Lourenço, Lopes, 2023).

No contexto de negligência histórica em relação à educação, os indivíduos menos privilegiados são os que sofrem maiores consequências, pois têm negado o seu direito a uma educação de qualidade (Santos, Lourenço, Lopes, 2023).

A priori, antes de entrar no conceito e definição da Educação para Jovens e Adultos, faz-se necessário passear pela história e desenvolvimento dessa prática. o processo de educação no Brasil, teve início com a vinda dos padres jesuítas nas caravelas dos colonizadores portugueses, que tinha como objetivo dessa implementação do sistema jesuítico de ensino subjugar os nativos (Cruz, 2018).

Essa era uma forma na qual tratava-se da aculturação sistemática dos nativos, uma educação que durou cerca de duzentos e dez anos e não abandonou suas responsabilidades como líderes espirituais. Ancorou sua linha curricular de maneira competente, investindo pesadamente no conhecimento de seus alunos com o apoio da realeza (Gentil, 2005, apud, Cruz, 2018).

Porém, esse sistema de ensino chegou ao seu fim quando a coroa portuguesa constatou o aumento do poder dos jesuítas ao longo do tempo. Apesar disso, a realeza não se deu ao trabalho de garantir uma educação de qualidade para os adultos da colônia. Depois disso, com a vinda da família real para o Brasil em 1808, percebeu-se a urgência de criar uma sociedade nova que se adequasse ao crescimento das cidades e ao desenvolvimento industrial (Cruz, 2018).

Assim, no decorrer da evolução da sociedade, marcada pela transição para a era industrial e urbana, surgiu a demanda por um maior domínio de conhecimento e a necessidade de demonstrar habilidades laborais específicas. Assim, a escola passou a assumir a responsabilidade de educar os indivíduos tanto para a vida em

sociedade quanto para a aquisição de competências necessárias ao mundo do trabalho (Gentil, 2005, apud, Cruz, 2018).

A sociedade brasileira foi moldada neste compasso, caracterizada pela subserviência, autoritarismo e pela concentração de poder nas mãos de uma minoria, que, em troca, impediu o progresso natural da nação. A EJA é vítima de uma herança amaldiçoada, resultado de décadas de negligência e abandono e negligência (Marques, 2018).

No ano de 1854, surgiu a primeira escola que funcionava em período noturno. E em 1876, já existiam 117 escolas espalhadas por todo o país. Desse momento em diante, observou-se que o termo Educação para Jovens e Adultos estava sendo mais frequentemente utilizado no âmbito parlamentar. No início do século XX, mais precisamente na década de 30, as conversas sobre a Educação de Jovens e Adultos resultaram na incorporação da gratuidade do ensino e na exigência de frequência dos estudantes adultos na Constituição de 1934 (Gentil, 2005, apud, Cruz, 2018).

A partir dos anos 1940, a educação de jovens e adultos viveu uma década marcante, com diversas

iniciativas políticas e pedagógicas voltadas para essa população. Entre essas iniciativas, destacam-se a regulamentação do FNEP (Fundo Nacional de Ensino Primário), a criação do INEP, as primeiras atividades voltadas para o ensino supletivo, o lançamento da CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos), a realização do 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1947 e o Seminário Interamericano de Educação de Adultos em 1949 (Cruz, 2018).

Nos anos 50, diante do crescimento das indústrias, houve a necessidade de capacitar indivíduos para o mercado de trabalho. (Cruz, 2018). E partir de 1960, a sociedade da época passou por profundas transformações, nas quais também exigiam ações estaduais. A população passou a buscar condições dignas na tentativa de expandir o direito à educação para todas as pessoas, num contexto em que uma grande proporção de jovens e adultos eram incapazes de exercer a cidadania plena e não tinham o direito de participar das eleições devido ao analfabetismo (Marques, 2018).

A educação popular, mais especificamente a alfabetização,

configurou-se como um instrumento de luta política e de valorização da própria cultura do povo. É nesse cenário que surgem movimentos e iniciativas dirigidas para alfabetização de adultos com vistas à transformação da realidade social (...) (Marques, 2018, p 14).

Com o aumento na preocupação da educação de adultos, em 1964, acontecia um grande marco na história da educação, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos - PNAA (Marques, 2018). Que, por sua vez, levou à realização do II Congresso Nacional de Adultos. (Cruz, 2018).

Este plano tinha como objetivo disseminar por todo o Brasil programas de alfabetização baseados na proposta de Paulo Freire. A proposta em questão teve sua continuidade interrompida pelo Golpe Militar, sendo que aqueles que a apoiavam enfrentaram uma repressão severa (Marques, 2018).

Neste evento, Paulo Freire apresentou a proposta de uma educação de adultos que permitisse a interação com o ambiente social e político. Com a contribuição de Freire, vários movimentos surgiram no campo da educação popular, com base no seu método (Cruz, 2018).

Porém, a repressão sofrida, levou Paulo Freire, a ser obrigado a se exilar e suas propostas foram deixadas de lado (Cruz, 2018). Os educadores e políticos da época ficaram impressionados com o fato de que o método Paulo Freire acelerava o processo de alfabetização de adultos. Paulo Freire não estava aplicando o mesmo método de alfabetização às crianças como fazia com os adultos (Gadotti, 2006, apud, Cruz, 2018).

A ousadia de implementar um verdadeiro projeto educacional que associa a alfabetização a um processo de conscientização, possibilitando ao oprimido adquirir habilidades de leitura e escrita e alcançar sua libertação, foi o que levou ele a se tornar um dos primeiros brasileiros exilados (Gadotti, 2006, apud, Cruz, 2018).

Poucos anos depois, no ano de 1967, o governo passou a assumir o controle dos Programas de Alfabetização de Adultos, transformando-os em iniciativas assistencialistas e conservadoras. Durante esse período, foi lançado o MOBRAL, Movimento Brasileiro de Alfabetização, depois disso, em 1969, o governo massivamente, desenvolveu diversas campanhas de Alfabetização (Marques, 2018).

Na década de 70, o MOBRAL expandiu-se por todo o território nacional, ampliando sua atuação de maneira diversificada. Uma das iniciativas provenientes desse programa, é destacado o PEI - Programa de Educação Integrada, que se configura como uma versão simplificada do antigo curso primário (Marques, 2018).

Na década de 80, com o surgimento dos movimentos sociais e o início da abertura, ocorreram transformações significativas. Na área política, os projetos relacionados à alfabetização se expandiram para incluir turmas de pós-alfabetização. No ano de 1985, o MOBRAL chegou ao fim, desacreditado, sendo substituído pela Fundação Educar. Essa nova instituição passou a apoiar, tanto financeiramente quanto tecnicamente, as iniciativas do governo, entidades civis e empresas (Marques, 2018).

Porém, em 1990 a Fundação Educar foi extinguida, deixando um enorme vazio na EJA, onde, não foi visto mais nenhum tipo de movimento que ia de encontro a esse contexto, isso desencadeou às escolas municipais da época a desenvolverem por conta própria programas que

ofereciam educação de jovens e adultos (Marques, 2018).

Durante este período, houve uma estagnação na área da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em que poucas ações foram realizadas. Com o retorno da Democracia e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a EJA passou a ter novos fundamentos, estabelecidos no artigo 208 (Cruz, 2018).

Nesse artigo, é assegurado e afirmado que a educação de jovens e adultos é um direito de todos, onde, o Estado tem a obrigação de garantir a educação através do Ensino Fundamental, que é obrigatório e gratuito. Além disso, é assegurada a oferta gratuita desse ensino para todos aqueles que não tiveram acesso na idade apropriada. Entretanto, para compreendermos que os jovens e adultos possuem características únicas em seu processo de aprendizagem, é necessário oferecer uma educação que realmente atenda às suas necessidades específicas (Fernandes; Gomes, 2015).

Assim, a partir da Constituição de 1988, a educação de jovens e adultos, através do supletivo, foi garantida como um direito público, sendo de oferta obrigatória. Durante a década de 1990, houve um aumento

significativo na discussão dessa temática, enfatizando a importância da educação da população como um instrumento fundamental para o progresso do país (Cruz, 2018).

Garantir o direito à liberdade de expressão e comunicação na sociedade é possível ao alfabetizar os adultos e incentivá-los a prosseguir com seus estudos. Dessa maneira, todos podem se sentir cidadãos e interagir com o meio de forma igualitária, sem quaisquer restrições. Devido a esse fato, existe uma preocupação em relação à qualificação de profissionais capazes de realizar essa tarefa difícil (Cruz, 2018).

Portanto, a Educação de Jovens e Adultos pode ser descrita como a modalidade educacional direcionada àqueles que não tiveram acesso à educação em sua idade apropriada ou a receberam de maneira inadequada, resultando em uma falta de alfabetização e conhecimentos básicos necessários (Paiva, 1973, apud Fernandes; Gomes, 2015).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma forma de ensino que tem como propósito atender pessoas que, por diversas razões, não puderam estudar na idade considerada "adequada" e que em

determinados momento da vida, decidiram voltar à escola em busca do tempo perdido (Porcaro, 2011).

À medida que o tempo passa, as pessoas sentem a necessidade de participar do processo de aprendizagem e buscam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é disponibilizada pelas instituições de ensino públicas. Onde, o objetivo principal refere-se a proporcionar a essas pessoas oportunidades de educação, inclusão social e interação, confiando ao professor uma grande quantidade de expectativas (Porcaro, 2011).

Além de assegurar aos jovens e adultos a garantia e o direito ao ensino fundamental público e gratuito, tem como princípios básicos os seguintes documentos e referências:

A nova Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394/96, que destaca a integração da EJA à Educação Básica - observada a sua especificidade. Garantiu a flexibilidade da organização do ensino básico, inclusive a aceleração de estudos e a avaliação de aprendizagens extra escolares entre outra estabeleceu as idades de 14 e 17 anos para o ensino fundamental e médio, além disso, diminuiu as idades mínimas dos participantes dos Exames Supletivos (15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio (Marques, 2018, p 17).

O autor supracitado ainda contribui dizendo:

O Parecer 11/2000 e a Resolução 01/2000 - ambos do Conselho Nacional de Educação, instrumentos que apresentam o novo paradigma da EJA e sugerem: extinguir o uso da expressão supletivo; restabelecer o limite etário para o ingresso na EJA (14 anos para o Ensino Fundamental e 17 anos para o Ensino Médio); atribuir à EJA as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora; promover a formação dos docentes e contextualizar currículos e metodologias, obedecendo os princípios da Proporcção, Equidade e Diferença; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Marques, 2018, p 17).

No que se refere às funções da Educação de Jovens e Adultos, evidencia-se três principais funções, sendo: Função Reparadora; Função Equalizadora; Função Qualificadora (Marques, 2018).

A função reparadora, volta-se para a ideia de que reparar não se limita a garantir que os jovens e adultos tenham direitos civis, como acesso a uma educação de qualidade, mas também significa reconhecer que todos os seres humanos têm direito a um bem valioso, tanto social quanto simbolicamente. No entanto, é importante não confundir reparação com suprimento. Para cumprir essa

finalidade, é fundamental que haja um modelo educacional que ofereça situações pedagógicas eficazes para atender às necessidades de aprendizado específicas de estudantes jovens e adultos (Marques, 2018).

Já a função equalizadora tem como objetivo principal proporcionar igualdade de oportunidades, permitindo que os indivíduos tenham acesso a novas oportunidades no mercado de trabalho, na sociedade, nas áreas da estética e nas formas de participação. A EJA, nesse contexto, se configura como uma oportunidade concreta para promover o desenvolvimento de indivíduos de todas as faixas etárias. Ela possibilita que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, evidenciem suas habilidades, compartilhem experiências e tenham acesso a diferentes perspectivas de trabalho e cultura (Marques, 2018).

Em contrapartida, a função qualificadora, trás a ideia promover o desenvolvimento pessoal e profissional, ajudando os indivíduos a adquirir novas habilidades, conhecimentos e competências ao longo do tempo. Através da educação permanente, reconhecemos o potencial ilimitado de crescimento e adaptação do ser humano, e

incentivamos a busca constante pelo autoaperfeiçoamento, pois, acredita-se que a aprendizagem é um processo contínuo e que todos têm a capacidade de aprender e se aprimorar constantemente (Marques, 2018).

Acredita-se que a educação seja o principal e mais eficaz catalisador de transformação. Por meio dela, o indivíduo é capaz de adquirir uma compreensão mais aprofundada de si mesmo e do ambiente ao seu redor. Portanto, é crucial que a educação esteja na vanguarda ao aceitar e incorporar as mudanças e particularidades do mundo atual (Cruz, 2018).

O Brasil tem progredido significativamente no combate ao analfabetismo entre jovens e adultos, mas ainda é um dos países com a maior taxa de analfabetos. O problema é que o adulto que procura a escola não está buscando apenas aquisição de habilidades de leitura e escrita. Ele está em busca e tem necessidade de se manter atualizado com o contexto social em que vive e participa (Cruz, 2018).

Portanto, no que concerne a educação de jovens e adultos, a abordagem metodológica não deve ser desenvolvida com os mesmos

parâmetros quando comparada à educação de crianças e adolescentes, pois, um estudante de 30 anos que retorna aos anos escolares do 4º ano do ensino fundamental não se envolverá em uma atividade claramente infantil. Por isso se torna necessário abordar tópicos similares, porém utilizando uma linguagem mais madura e que atenda aos interesses desse público (Cruz, 2018).

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR PROFESSORES NA EJA

Na área de educação de jovens e adultos (EJA), os educadores se deparam com uma série de desafios ao desenvolverem sua prática docente (Porcaro, 2011). Lidar com a Educação de Jovens e Adultos é compreender qual conteúdo ensinar e por qual motivo, levando em conta o conhecimento prévio dos alunos. É importante fazer com que reconheçam esses diversos saberes, suas aspirações para o futuro e suas limitações (Costa, 2017).

É fundamental que todos, incluindo a escola, entendam que os alunos da Educação de Jovens e Adultos vivem a mercê de uma série de problemas, nos quais enfrentam diariamente preconceito, vergonha, discriminação, críticas e muito mais.

Essas questões são vivenciadas tanto em suas famílias quanto na comunidade em que vivem (Cruz, 2018).

Pois, cada aluno da Educação de Jovens e Adultos possui características distintas em sua vida, origem, idade, experiências profissionais, histórico escolar, ritmo de aprendizagem e estrutura de pensamento. Na maioria dos casos, são pessoas que vivem no mundo do trabalho e capitalismo, possuem responsabilidades sociais e familiares, além de valores éticos e morais que são moldados por suas experiências, ambiente e cultura em que vivem, sendo que nenhum desses aspectos sejam negligenciados no processo educacional (Cruz, 2018).

Dessa forma, tanto educadores quanto educandos podem se reconhecer como indivíduos capazes de gerar cultura, adquirir novos conhecimentos e produzir saberes (Costa, 2017).

Portanto, esses desafios incluem lidar com a heterogeneidade dos estudantes, enfrentar a evasão escolar, lidar com salas de aula com predominância de alunos jovens, lidar com a falta de materiais didáticos específicos, lidar com a baixa autoestima dos estudantes e lidar com

a rigidez institucional. Entretanto, em todos os eventos, esses professores indicam que estão procurando por vias diferentes que beneficiem o processo de ensino, como soluções individuais para lidar com as circunstâncias que surgem à sua frente (Porcaro, 2011).

Quando se pensa nos desafios enfrentados pelo educador no contexto da EJA, muitos são tais desafios, podendo ser elencado em diversos fatores (Porcaro, 2011).

Um deles refere-se aos estudantes que chegam ao 7º ou 8º ano com grandes dificuldades em leitura e escrita, além da heterogeneidade presente em uma única turma, haja vista que simultaneamente, em sua sala de aula, há alunos que são capazes de debater um tópico em seu nível de ensino, enquanto outros têm um conhecimento muito limitado e precisam aprender conceitos específicos e básicos sobre o assunto (Porcaro, 2011).

Outra situação desafiadora é a presença de alunos com liberdade assistida na escola, os quais são obrigados a frequentá-la por decisão judicial. Esses alunos não têm interesse em estudar e se sentem desconfortáveis em uma sala de aula em que há pessoas mais velhas do

que eles ou da mesma idade, porém em uma situação diferente (Porcaro, 2011).

Visto que, trazer esse aluno para o grupo é uma tarefa difícil, pois ele está apenas seguindo uma ordem e não possui o desejo genuíno de aprender. Atualmente, a educação prisional e a educação de jovens em liberdade assistida são amplamente reconhecidas como parte importante da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Elas se estabelecem como um campo de atuação que demanda uma abordagem diferenciada por parte do educador (Porcaro, 2011).

Não obstante, há aqueles que também alunos que enfrentam dificuldades para frequentar a escola devido à sua realidade diária, incluindo problemas relacionados ao trabalho, à família e às tarefas domésticas (Porcaro, 2011).

Ainda nesse contexto, uma das possíveis dificuldades muito presentes na sala de aula de período noturno principalmente, é a juvenilização dos alunos, que trouxe consigo para a escola a ausência de restrições, a insubordinação, a agressividade e a ausência de consideração (Porcaro, 2011).

Menciona-se também os desafios enfrentados durante o

processo de ensino na EJA, como a elevada taxa de desistência dos alunos e a dificuldade de conectar o conteúdo estruturado com suas experiências, assim, estabelecendo uma relação entre o que eles estão aprendendo na sala de aula e sua realidade cotidiana (Porcaro, 2011).

Pensando nisso, um desafio apontado é o período prolongado em que os estudantes ficaram sem estudar, resultando em uma certa resistência em relação ao novo, diante disso, a diversidade de idades dos alunos, que varia de 13 a 70 anos também é um fator limitante para tal problemática. Esses estudantes possuem realidades e aspirações diferentes, o que não permite a realização de um trabalho individualizado (Porcaro, 2011).

Assim é possível notar que o aluno que já passou por um processo de ensino durante sua infância, mas acabou sendo excluído do sistema escolar e evadiu da escola, na EJA, vive uma situação de insegurança, desconforto, vergonha e humilhação, o que resulta em baixa autoestima e desconfiança em sua habilidade de aprender (Porcaro, 2011).

Durante o seu tempo na escola, é possível que ele tenha enfrentado situações em que se sentiu excluído

ou teve dificuldades em alcançar sucesso acadêmico, em razão disso, o fracasso escolar possui também outros aspectos relevantes. Entre eles, destaca-se a forma como o aluno se relaciona com o ambiente escolar, estabelece vínculos com o conhecimento e com o processo de aprendizagem, bem como interage com professores e colegas. Além disso, suas relações familiares e os laços que constrói com o conhecimento também desempenham um papel importante nesse contexto (Cruz, 2018).

Assim como expõe Valéria, citada por Porcaro (2011, p 46):

(...) uma das dificuldades que enfrenta no desenvolvimento do trabalho, a baixa autoestima dos educandos, que não acreditam na própria possibilidade de aprender. Além disso, a educadora aponta, também, outra dificuldade do processo: a diversidade cognitiva da turma – alunos que se encontram no início do processo de alfabetização e aqueles que se encontram no final desse processo.

Ressalta-se ainda o desafio de criar uma proposta de trabalho com um grupo de professores que possa atender às necessidades específicas dos estudantes adultos. Isso inclui lidar com a rigidez nos horários,

ajustar as aulas em módulos e pensar em como estruturar uma aula de 50 minutos para um público adulto. Além disso, é preciso formalizar o processo de certificação sem comprometer a qualidade, já que o projeto passou da esfera de um movimento popular para a responsabilidade do poder público, o que requer adequação às leis e modelos já estabelecidos (Porcaro, 2011).

Sendo assim, para superar as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, o professor deve ter uma abordagem crítica e construtiva. Ele precisa enfrentar os desafios que surgem e transformá-los em oportunidades para o bem. Isso aumentará sua motivação e coragem para promover mudanças e alcançar o objetivo desejado: proporcionar uma educação de qualidade (Costa, 2017).

Portanto, vale a pena ressaltar a necessidade do Ministério da Educação e seus diversos setores públicos em ter um olhar voltado para apoiar as escolas, subsidiando com recursos permanentes e formação que permitam aos professores enfrentar estes desafios (Porcaro, 2011).

Além disso, o professor deve tornar seu ensino significativo e transformador, capacitando os alunos

a se tornarem indivíduos autônomos e alfabetizados. É importante que os alunos saibam que o que aprenderam não se limita apenas à escola, mas também se aplica à vida como um todo, permitindo-lhes transformar suas dificuldades e se tornarem mais resilientes (Costa, 2017).

FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EJA

Desde o século XVII, já se vinha defendendo a importância da formação de professores. No entanto, foi somente no século XIX que se percebeu a necessidade de uma abordagem institucional para lidar com esse problema, uma vez que foi nessa época que a questão da formação de professores se tornou evidente para a população (Vieira, 2016).

A formação de professores no Brasil sempre esteve fortemente ligada às escolas normais, que eram responsáveis pela sua preparação até a Reforma Universitária de 1968, quando surgiram as faculdades de educação (Cruz, 2018).

Conforme colocado por Saviani (2009, apud Vieira, 2016), a formação de professores nunca foi uma preocupação explícita no Brasil. A inquietação teve início em 1827 através da implementação das

Escolas de Primeiras Letras. O ensino nestas escolas era baseado no método mútuo, o qual exigia que os professores fossem treinados através desse método, com suas próprias despesas sendo responsabilidade deles.

Assim, a partir de 1835, a responsabilidade pela formação dos professores passou a ser atribuída às províncias, que criaram as chamadas Escolas Normais. Porém, essas escolas não possuíam continuidade, sendo fechadas e reabertas com frequência. As Escolas Normais centravam-se na transmissão do conhecimento para as crianças, negligenciando o preparo didático-pedagógico. Essas escolas eram categorizadas em dois tipos diferentes: as Escolas Normais Secundárias, que tinham o propósito de educar professores de nível secundário, e as Escolas Normais Primárias, também conhecidas como Escolas Normais, que capacitavam os professores para o ensino primário (Vieira, 2016).

Em 1835, surgiu a primeira escola normal do Brasil, localizada na província do Rio de Janeiro, especificamente no município de Niterói. As escolas normais foram criadas com o objetivo de formar professores, de acordo com Martins

(2006, apud, Vieira, 2016). Naquela época, cerca de 75% da população no Brasil era analfabeta. Portanto, a criação das escolas normais visava eliminar essa porcentagem de analfabeto (Vieira, 2016).

No ano de 1880, Dom Pedro II estabeleceu um instituto com foco na formação de professores em proximidade com a Corte. No estudo realizado, participaram 175 alunos, dos quais 88 eram mulheres e 87 eram homens. Neste instituto, eram oferecidas aulas de corte e costura exclusivamente para as mulheres. Elas frequentavam o instituto em regime semi-integral, onde também aprendiam habilidades relacionadas às tarefas domésticas (Vieira, 2016).

Compreende-se dessa forma que a mulher ingressava nos institutos de formação de professores com o desejo de ampliar sua instrução, buscando melhorar seus conhecimentos para gerenciar o lar, criar os filhos e ter rendimento próprio (Vieira, 2016, p 19).

No ano de 1890, a escola normal sofreu mais uma vez modificações. Nesta ocasião, o plano de estudo recebeu algumas reformulações, nas quais os conteúdos existentes foram enriquecidos e foram criados exercícios práticos de ensino. Para

tanto, foi estabelecida uma escola considerada um modelo, que foi incorporada à escola regular. A preparação dos professores nos exercícios práticos teve início por meio dessa reforma (Vieira, 2016).

Depois dessa fase de capacitação dos docentes através de conteúdos e exercícios práticos, em 1932 foram estabelecidos os Institutos de Educação, cujo propósito era formar os professores por meio do ensino e da pesquisa, onde, foi implantado um instituto tanto no Distrito Federal quanto em São Paulo. Nesse mesmo ano, Anísio Teixeira promoveu a transformação das Escolas Normais em Escolas de Professores, com a intenção de destacar a importância da educação como um meio para a transformação social e a redução das desigualdades sociais (Vieira, 2016).

Os Institutos de Educação progrediram até alcançarem o nível universitário, estabelecendo-se como pilares fundamentais dos estudos superiores. Em 1934, o Instituto de Educação de São Paulo foi incorporado à recém-criada Universidade de São Paulo. No ano seguinte, em 1935, o outro instituto foi incluído na Universidade do Distrito Federal. A formação dos professores

das escolas secundárias foi organizada por meio dessas bases, o que resultou na criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Essa instituição se tornou um ponto de referência para todas as escolas de ensino superior (Vieira, 2016).

Dessa forma, para os professores das escolas secundárias e primárias, era imprescindível dedicarem três anos ao estudo das disciplinas específicas e um ano à formação didática. Assim, a duração total do curso era de quatro anos (Vieira, 2016).

O resultado das reformas da ditadura militar foi a convivência entre um 2º grau técnico em magistério, que prepararia os professores para os anos iniciais do 1º grau e as licenciaturas curta e plena, nas universidades, que titulariam os professores das diversas disciplinas de 5ª a 8ª séries do 1º grau e os professores das diversas disciplinas do 2º grau (Cruz, 2018, p 08).

Este modelo anterior de formação de professores, até a vigência da LDB/96, não incluía a exigência de formação específica para atender os alunos jovens e adultos em seu formato convencional. A exceção à regra de não formação específica para EJA começou no final dos anos

80, quando as faculdades de educação tiveram um amplo debate sobre o papel do pedagogo e sua habilitação profissional (Cruz, 2018).

A partir disso, as instituições públicas de educação superior concluíram que os pedagogos devem ser treinados preferencialmente como professores, podendo exercer funções de gestão na educação pública em várias áreas, como direção, coordenação e supervisão. No entanto, sua formação principal ainda é baseada no ensino dos primeiros anos do ensino fundamental. Com base nessa compreensão, ocorre a implementação de ênfases específicas nas habilitações de alguns cursos de pedagogia em todo o país. Os cursos de pedagogia com ênfase ou habilitação em EJA surgem a partir dessa experiência (Cruz, 2018).

A formação e qualificação do professor são essenciais para garantir a qualidade e o sucesso no processo de ensino-aprendizagem. Na formação dos professores, é também necessário considerar o que é estabelecido no artigo. No artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases, é declarado que a educação básica tem como objetivo o desenvolvimento do aluno, garantindo uma formação comum essencial para o exercício da cidadania e

proporcionando recursos para avançar no trabalho e em estudos futuros (Fernandes; Gomes, 2015).

Segundo o artigo 61 da lei mencionada, é destacado que a formação dos profissionais da educação precisa estar alinhada com os objetivos dos distintos níveis e tipos de ensino, além de levar em consideração as particularidades de cada etapa de desenvolvimento do estudante. Dessa forma, é necessário cumprir os requisitos legais e encontrar maneiras de superar os desafios frequentes da formação desses professores (Fernandes; Gomes, 2015).

Ao considerar as lições de Paulo Freire (2020, apud Santos; Lourenço; Lopes, 2023), entende-se que a formação do professor de Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve buscar constantemente um processo de autocrítica. Isso significa que os métodos, conteúdos e recursos utilizados com esse público precisam ser constantemente revisados, a fim de evitar uma prática pedagógica que reproduza apenas ações mecânicas e desconectadas da realidade dos estudantes.

Portanto, para que esse processo ocorra adequadamente, é imprescindível qualificar os

profissionais envolvidos. É de extrema importância que a equipe de professores esteja bem preparada, sendo assim, é fundamental investir em formação contínua para que todos tenham a oportunidade de rever suas práticas. No contexto educacional atual, é viável promover a formação continuada como um caminho para aprimorar a qualidade do ensino (Cruz, 2018).

O educador da Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve constantemente refletir sobre sua prática pedagógica, buscando sempre expandir seus conhecimentos e metodologias em relação ao processo de aprendizagem dos alunos, a fim de melhorar a qualidade desse processo (Fernandes; Gomes, 2015).

Trabalhar com jovens e adultos exige do profissional não apenas uma formação inicial de nível universitário, mas também pode ser obtida por meio de educação continuada, que envolve a participação em cursos de especialização, fóruns e seminários que visam manter os conteúdos curriculares atualizados (Fernandes; Gomes, 2015).

A qualificação do profissional no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) está intimamente relacionada ao comprometimento do

docente com a educação, assim como à oferta de cursos de qualificação pelos órgãos públicos. Para trabalhar com jovens e adultos, é necessário possuir uma formação consistente que proporcione uma compreensão aprofundada das necessidades dos alunos do segmento de Educação de Jovens e Adultos (Fernandes; Gomes, 2015).

A formação dos professores está intrinsecamente ligada à sua experiência e conhecimento, pois suas ações e práticas podem ter um impacto significativo no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, é importante que a relação entre professor e aluno seja fundamentada no diálogo, na interação, na troca de experiências e no comprometimento com o progresso do estudante, permitindo assim a construção de um indivíduo crítico e engajado (Fernandes; Gomes, 2015).

É importante permitir que o aluno também assuma o papel de ensinante no processo de aprendizado, especialmente quando se trata de adultos que já acumularam vastos conhecimentos ao longo de suas vidas. Nesse momento, o educador se torna aluno e agente de transformação ao reconhecer o aluno

como protagonista (Fernandes; Gomes, 2015).

Apesar de não haver uma formação específica para os professores da EJA, assim como expõe Vieira (2016, p 10): “em sala de aula, ele se esforça para transmitir o conhecimento da melhor forma possível”, já que atualmente não existe uma política educacional para formar especialistas nessa modalidade de ensino.

Em razão disso, diversos autores afirmam que é fundamental investir na qualificação dos professores, ressaltando que a formação inicial é necessária e que a aprendizagem deve ocorrer durante toda a carreira. Fica então evidente a importância de uma qualificação específica para trabalhar na Educação de Jovens e Adultos (Fernandes; Gomes, 2015).

Pois, a prática educativa é, acima de tudo, um desafio, pois o educador consciente dedica a maior parte de seu tempo a se questionar, rever conceitos e buscar oferecer o melhor para seus educandos (Cruz, 2018).

Os alunos da EJA possuem uma enorme bagagem de conhecimento e histórias de vida, uma visão própria do mundo e de

tudo que o cerca. Reconhecer suas necessidades e características próprias é indispensável para que o professor consiga desenvolver um trabalho significativo e garantir a permanência dos estudantes da EJA (Fernandes; Gomes, 2015, p 07).

No que diz respeito à qualidade da formação para a atuação na EJA, observa-se um aumento na perda de características dos cursos de formação, juntamente com a escassez de livros que ofereçam suporte a essa formação, a pouca colaboração das universidades, a negligência do ensino e a formação para o trabalho docente (Cruz, 2018).

A situação atual da educação brasileira leva a refletir sobre a necessidade de investir na formação contínua para os professores que atuam na modalidade de Ensino a Jovens e Adultos (EJA), especialmente aqueles que não receberam essa preparação durante a sua formação inicial (Fernandes; Gomes, 2015).

Por isso, na sociedade atual globalizada, há muitos desafios que tornam a prática de ensinar cada vez mais complexa. Tanto a instituição formadora de professores quanto os formadores e os futuros professores precisam aceitar que simultaneamente

convive-se com inovação e incerteza, o que exige superar uma formação fragmentada. Assim, a complexidade da educação dos seres humanos aumenta, conseqüentemente, a formação do professor também passa a abraçar essa complexidade (Cruz, 2018).

Os educadores que se comprometem com a Educação de Jovens e Adultos, têm que possuir consciência da necessidade de buscar mecanismos, métodos e teorias que estimulem o público alvo a não abandonar a sala de aula, ou seja, o professor é o estimulador, o mediador de seus alunos (Costa, 2017, p 11).

A fim de promover alterações nesses padrões, é essencial que o educador da Educação de Jovens e Adultos procure por abordagens que não apenas se envolvam no contexto dos alunos, mas também os ajudem a compreender que a busca pelo conhecimento é capaz de ultrapassar a condição de oprimido e se tornar uma força transformadora no mundo (Freire, 2002, apud Fernandes; Gomes, 2015).

Ainda, também é de suma importância para o educador da Educação de Jovens e Adultos (EJA) compreender a relevância de obter uma formação adequada e direcionada para atender a esse grupo

específico. É fundamental que sejam respeitadas as divergências encontradas nessa modalidade de ensino, sejam elas de natureza cultural ou social, as quais necessitam ser levadas em consideração. Caso contrário, a educação seguirá um modelo padronizado, no qual a leitura e escrita ocorrem de forma mecânica (Fernandes; Gomes, 2015).

Sendo assim, não se pode negar a relevância da formação do professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para tornar o ensino nessa modalidade significativo. Isso proporciona aos alunos uma melhor oportunidade de construir conhecimento e, por meio desse processo, validarem a importância da escola (Gomes, 2019).

Não obstante, esta discussão está inserida em um contexto abrangente e relevante, que aborda aspectos curriculares, política global dos governos, capacitação dos professores em geral e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em particular, estratégias de recursos humanos, planejamento e utilização de recursos financeiros, tanto na formação quanto na valorização dos professores, bem como a vontade política dos governantes (Gomes, 2019).

Devido à falta de preparo adequado na formação docente, os professores, em especial aqueles que lecionam na Educação de Jovens e Adultos, tendem a adotar uma prática pedagógica que resulta em desconexão entre o conteúdo transmitido e o conhecimento efetivamente absorvido pelo aluno (Vieira, 2016).

Segundo Gauthier (2006, apud Vieira, 2016) e seus colaboradores, uma das possíveis razões para a falta de reconhecimento da importância do professor no processo de ensino é a não consideração da docência como uma profissão com características e conhecimentos específicos. Isso faz com que o professor seja diretamente responsável pelo resultado de seu trabalho em sala de aula. Nesta perspectiva, é necessário que o sujeito educador possua uma formação política e social sólida, a fim de lidar de forma eficaz com propostas pedagógicas que não estejam em consonância com o ambiente em que os programas de Educação de Jovens e Adultos ocorrem.

Uma reflexão sobre a educação aponta para a educação de Jovens e Adultos como resultado da ineficácia do Estado em garantir, por meio de políticas públicas adequadas, a oferta e a permanência da criança e do

adolescente na escola. Sendo assim, as iniciativas em EJA, em sua maioria, caminham na marginalidade do processo educativo brasileiro e as questões mais incisivas no tocante a esta afirmação dizem respeito às propostas de governo criadas de acordo com as necessidades políticas de cada sistema ideologicamente dominante (Vieira, 2016, p 11).

Considerando as salas de aula multisseriadas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é possível notar que o professor possui um conhecimento limitado em relação às dificuldades enfrentadas por essa modalidade de ensino, bem como a escassez de material didático disponível para ser utilizado nas aulas. Além disso, ele também se depara com a situação em que os alunos estão em níveis de aprendizado muito diversos (Vieira, 2016).

Mesmo sem conhecimentos formais, os professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) devem considerar a experiência e o conhecimento dos alunos, sugerindo abordagens adequadas e adaptadas à realidade desses estudantes (Fernandes; Gomes, 2015).

Dessa forma, o conhecimento do professor está comprometido com um ensino que leve em consideração o perfil dos alunos, incluindo sua faixa

etária. Isso implica no uso de metodologias e práticas que considerem as particularidades individuais, além de suas maneiras de agir e se relacionar com o mundo (Fernandes; Gomes, 2015).

A utilização de metodologias adequadas pelo professor da EJA é um fator crucial para garantir a permanência dos alunos na escola, diminuindo a taxa de evasão nessa modalidade de ensino. No contexto em questão, o conhecimento acerca da interdisciplinaridade pode se configurar como uma ferramenta para auxiliá-lo na consecução desse propósito, haja vista que ela permite estabelecer conexões entre os saberes provenientes de diversas áreas de maneira abrangente (Fernandes; Gomes, 2015).

Desta maneira, a continuidade na formação dos profissionais que trabalham nas salas de aula é um dos caminhos para o sucesso da Educação de Jovens e Adultos - EJA. Através de cursos de capacitação, aprimoramento e participação em seminários, os professores têm a oportunidade de expandir seu conhecimento, promovendo reflexões sobre a importância do conhecimento já adquirido e estando abertos para a produção de conhecimento ainda não

existente. Isso é feito sob o princípio da pesquisa e da superação das ideias preconcebidas (Fernandes; Gomes, 2015).

Para que assim, os cursos de formação continuada proporcionem ao professor o desenvolvimento de várias habilidades que possa auxiliar no reconhecimento da importância dos alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essas competências terão o poder de contribuir para a redução das evasões, que são comumente observadas nessa modalidade de ensino, que acontece, em maior parte dos casos, devido à despreparação do professor, que ainda não consegue atender satisfatoriamente às expectativas desse público (Fernandes; Gomes, 2015).

Assim sendo, a formação continuada é vista como um espaço de aprendizado, construção e reconstrução de conhecimentos, que contribui para que os educadores se sintam responsáveis por seu crescimento profissional e pessoal. Dessa forma, eles poderão atuar com mais foco na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, bem como na implementação das políticas públicas relacionadas a esse campo, pois o objetivo principal deste trabalho é

evidenciar a importância da formação continuada bem como das práticas docentes neste modelo e sua relação com o processo de ensino na EJA. (Fernandes; Gomes, 2015).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para realização do projeto de pesquisa foi a Bibliográfica, na qual está refere-se a:

Segundo Gil (2002, p. 61) o método bibliográfico consiste em:

Esse levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação. Essa familiaridade é essencial para que o problema seja formulado de maneira clara e precisa.

Com isso foi utilizado livros, revistas, artigos, monografias e dissertações para a elaboração do corpo teórico do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, esse trabalho pôde esclarecer a formação do profissional da educação inserido no contexto da EJA. Assim como foi elucidado, a Educação de Jovens e Adolescentes é uma forma de ofertar ensino e aprendizagem á uma

determinada população que não por diversos motivos não teve acesso ao processo educativo quando crianças.

Quando alcançam a fase adulta, essas crianças, que se tornaram jovens e, muitas vezes, adultos, sentem a vontade de começar ou prosseguir seus estudos. Dessa forma, há muitos jovens e adultos em busca de qualificação e para alcançar melhores condições de vida, procuram a EJA.

Contudo, ao voltarem à escola, esses jovens e adultos se deparam com uma nova realidade, onde compartilham o convívio com indivíduos da mesma faixa etária ou mais velhos. Por esse motivo, é de extrema importância que, tanto a escola quanto todos os envolvidos, compreendam que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos enfrentam diversos problemas diariamente, como preconceito, vergonha, discriminação, críticas e outros desafios.

Por isso, é imprescindível a figura do professor nesse contexto, visto que os professores precisam adaptarem seu ensino à realidade dos jovens e adultos, considerando que muitos deles possuem responsabilidades, e enfrentam

diariamente diversos desafios nesse caminho.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o professor desempenha um papel crucial no processo de reintegração do aluno à escola. O retorno desse indivíduo é essencial para o perfil do docente, uma vez que sua influência é fundamental para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto. Contudo, como mencionado, o professor que trabalha com a educação de jovens e adultos não possui uma formação específica para tal, porém, precisa deter uma gama de conhecimentos formais e informais para lidar com a demanda.

Portanto, é inegável a importância da formação do professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para tornar o ensino nessa modalidade realmente significativo. Aos alunos é proporcionada uma oportunidade melhor para construir conhecimento e, através desse processo, validar a importância da escola.

Portanto, conclui-se que a situação atual da educação brasileira provoca uma reflexão sobre a importância de investir na formação contínua dos professores que trabalham com Ensino de Jovens e

Adultos (EJA), principalmente aqueles que não receberam essa preparação durante sua formação inicial.

REFERÊNCIAS

COSTA, Anielly Raissa. Os desafios encontrados pelos professores de EJA no processo de ensino e aprendizagem. Orientador: Marineuma Oliveira Costa Cavalcanti. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - UFP - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba- PB, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3429>. Acesso em: 3 nov. 2023.

CRUZ, Antonio Carlos dos Santos. EJA: A Formação Docente e seus Desafios na Preparação do Aluno para o Mundo Moderno. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 03, Vol. 01, pp 5-17, Março 2018. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/eja-a-formacao-docente#>. Acesso em 7 nov. 2023.

FERNANDES, Rosangela Maria; GOMES, Vilisa Rudenco. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EJA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES. Repositório IFSC, [s. l.], p. 1-18, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/461/FORMA%C3%87%C3%83O%20DOS%20PROFESSORES%20DA%20EJA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 nov. 2023.

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio

Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Manoel Messias. A formação docente para a EJA: uma questão ainda não resolvida. *Revista Educação Pública*, [s. l.], 2019. DOI DOI: 10-18264/REP. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/1/a-formao-docente-para-a-eja-uma-questo-ainda-no-resolvida>. Acesso em: 6 nov. 2023.

MARQUES, Poliane de Oliveira. História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: breves reflexões. Orientador: Norma Maria Lima. 2017. 22 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Paraíba- PB, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11194?locale=pt_BR. Acesso em: 2 nov. 2023.

PORCARO, Rosa Cristina. Os desafios enfrentados pelo educador de jovens e adultos no desenvolvimento de seu trabalho docente. *EccoS – Revista Científica*, [S. l.], n. 25, p. 39–58, 2012. DOI: 10.5585/eccos.n25.3226. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/3226>. Acesso em: 8 nov. 2023.

SANTOS, R. O. dos .; LOURENÇO , E. .; LOPES, L. F. Formação de professores para EJA no Brasil: educação na perspectiva freiriana. *Debates em Educação*, [S. l.], v. 15, n. 37, p. e14309, 2023. DOI: 10.28998/2175-6600.2023v15n37pe14309. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/14309>. Acesso em: 8 nov. 2023.

VIEIRA, Leandra Maria. A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EJA:: UM ESTUDO QUALITATIVO DA REALIDADE MORRINHENSE. Orientador: Marco Antônio Franco do Amaral. 2016. 57 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - IF - Instituto Federal Goiano, Morrinhos - GO, 2016. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/1072/1/TC_PEDAGOGIA_LEANDRA%20VIEIRA.pdf. Acesso em: 8 nov. 2023.